

As pressões podem crescer...

por Celso Pinto
do Rio
(Continuação da 1ª página)

forma de melhorar sua presença em outros mercados. Em poucos meses, as reservas passaram a ser aplicadas num grupo de cinquenta a sessenta bancos em todo o mundo.

Quando soube da decisão de suspender os pagamentos, o BB iniciou uma operação (com a maior descrição possível) de nova concentração nas aplicações. Assim, os vencimentos das aplicações de curtíssimo prazo foram propositadamente estreitados até que a maior parte das reservas passou a girar no "overnight" (aplicações por um dia). E fundos foram trans-

feridos para um restrito grupo de grandes bancos.

Com isso, o BB imagina estar minimizando o risco de retaliações tanto à suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados quanto ao congelamento dos recursos de curto prazo. Pequenos ou médios bancos poderiam ser mais tentados a reter recursos do BB por conta das dívidas não pagas pelo Brasil. Já os bancos de grande porte têm uma relação tão extensa com o BB e, em geral, tão antiga, que certamente só tomariam uma providência deste tipo em última instância.

PERDAS DE RECURSOS

O BB sofreu perdas de recursos desde a quinta-feira

que antecedeu a suspensão dos pagamentos. Na segunda-feira seguinte, praticamente não conseguiu renovar nenhuma linha de crédito de curto prazo (comercial ou interbancária) que estava vencendo. Mesmo assim, o vice-presidente para Operações Internacionais do BB, Adroaldo Moura da Silva, foi contrário, o tempo todo, à adoção do virtual congelamento dos recursos de curto prazo (com a obrigatoriedade de transferência para o Banco Central de qualquer linha não renovada pelos bancos internacionais).

Alguns queriam adotar a medida junto com a suspensão do pagamento dos juros, o que acabou não

acontecendo. Com as perdas de segunda-feira, e a concentração de vencimentos de cerca de US\$ 500 milhões na quarta-feira, aumentou o temor de uma sangria de grande porte nas reservas. O principal defensor da adoção, a nível técnico, foi o diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas; o principal opositor, mesmo depois da operação de segunda-feira, foi Moura da Silva. A medida acabou sendo adotada na noite de segunda-feira.

O BB achava que, apesar do risco da perda de algumas dezenas de milhões de dólares, valia a pena operar alguns dias mais e tentar recompor as perdas iniciais apenas via negocia-

ção. Outra preocupação sempre foi com os recursos depositados voluntariamente nos bancos brasileiros no exterior. São apenas três os bancos brasileiros que detêm um volume expressivo de recursos voluntários: o BB (estima-se que perto de US\$ 1 bilhão), o Banespa e o Real.

ALGUMA RECUPERAÇÃO

Todos perderam recursos (o Banespa teria perdido, de início, cerca de US\$ 39 milhões). Mas houve alguma recuperação e até agora não tem havido motivo para receios muito fortes. Temeu-se, contudo, que o congelamento dos recursos de curto prazo pudesse ter reflexos nos depósitos voluntários.

A decisão referente às linhas de curto prazo provocou uma enorme reação dos bancos, mas ela não desagradou a todos. Numa reunião entre autoridades brasileiras e representantes de bancos estrangeiros no fim de semana, depois da moratória, alguns grandes bancos praticamente sugeriram ao Brasil que adotasse a medida. Para os grandes bancos, que não têm como romper seus vínculos com o Brasil, a preservação, à força, das linhas de curto prazo significa uma garantia de que pequenos e médios bancos continuarão colocando recurso no Brasil. Se não o fizessem, provavelmente os grandes teriam de fazê-lo em seu lugar. Aliás, essa foi a proposta brasileira ao comitê de bancos: seria possível revogar a medida, caso os grandes bancos garantissem os US\$ 15 bilhões de curto prazo. Os bancos, como era previsível, recusaram.

A MEDIDA É VULNERÁVEL

A medida é discutível legalmente, mas, na interpretação de alguns, não é inteiramente vulnerável. O contrato firmado pelos bancos credores prevê que eles devem assegurar os "outstandings" de curto prazo ao Brasil até 31 de março e, nos períodos em que não o fizerem num banco específico, devem deixá-los à disposição do BC.

A medida brasileira faz isso: sempre que não houver renovação o dinheiro

vai para uma conta em nome do banco credor mantida pelo BC. Ele não pode sacá-lo; apenas mudar, se quiser, o banco brasileiro beneficiário. Uma contestação jurídica dos bancos à medida brasileira, alguns supõem, teria alguma chance de gerar uma discussão legal e não uma perda automática pelo Brasil. De todo modo, isso só é verdade até o dia 31 de março. Depois disso, a medida torna-se completamente arbitrária do ponto de vista jurídico.

O fato é que, na primeira semana, todos procuraram agir com cuidado, até porque não havia uma idéia clara e nem dos reais propósitos brasileiros nem da extensão da medida. Um exemplo é o próprio BB: sofreu perdas, especialmente pela não renovação de linhas comerciais, cujas operações estão concentradas na costa oeste norte-americana. Mas, ao mesmo tempo, o BB recebeu indicações de três bancos centrais de países desenvolvidos (um deles, o do Japão) de que, se fosse preciso, poderiam oferecer algum recurso adicional.

POSICÃO REVISTA

Alguns bancos que, logo no início, não renovaram operações acabaram revendo sua posição. Por exemplo: o Bankers Trust, que não renovou uma operação interbancária de US\$ 25 milhões com o BB na sexta-feira em que o Brasil anunciou a suspensão de pagamentos, acabou revendo a atitude e, no meio da semana seguinte, havia recomposto o crédito.

A menos, contudo, que a viagem do ministro Funaro abra uma boa perspectiva de negociação, imagina-se que os bancos, daqui para frente, começarão a apertar os torniquetes que tiverem à mão em relação ao Brasil. Por essa razão, tanto no governo quanto no BB, ninguém vai pular neste carnaval.

APOIO — Por decisão de seu conselho diretor, o Clube de Engenharia enviou telegrama ao presidente José Sarney, manifestando seu apoio às medidas tomadas pelo governo, de suspender temporariamente o pagamento da dívida externa brasileira.

As pressões *de Janda Ext* podem crescer

por Celso Pinto
do Rio

O Brasil atravessou a primeira semana depois da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa sem grandes sobressaltos. A impressão de um importante operador governamental no setor externo, contudo, é que as pressões dos bancos internacionais tendem a acentuar-se daqui para a frente.

A medida pegou os bancos de surpresa. Propositadamente, o Brasil comunicou a suspensão antes aos bancos centrais e depois ao comitê dos bancos credores, o que gerou imediata irritação nos banqueiros.

Toda a estratégia, aliás, está claramente voltada para a "politização" da discussão de uma solução para a dívida externa.

Por esta razão, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, decidiu abrir as conversas com os credores através de contatos a nível governamental, nos Estados Unidos e na Europa, além das instituições multilaterais.

O que imagina um observador privilegiado da questão é que os bancos estão esperando concluir esta primeira rodada de contatos para ter uma idéia mais clara o que quer o Brasil. Conforme as indicações, os bancos poderão substituir a

cautela inicial por uma postura mais agressiva.

Espera-se uma longa batalha. Por isso mesmo, tomaram-se algumas precauções. Quando o Banco do Brasil (BB), o mais vulnerável alvo brasileiro, por ser o de maior porte também no mercado internacional, soube da intenção do governo de suspender os pagamentos, duas semanas antes de seu anúncio, começou a reformular sua política de aplicação de recursos.

Tradicionalmente, o BB concentrava a aplicação de suas reservas no exterior em alguns poucos grandes bancos, especialmente norte-americanos. Desde maio do ano passado, contudo, esta orientação mudou. O BB procurou fazer uma ampla descentralização de suas aplicações, uma